

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF.
ATA DA 88ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 13/11/2019**

Agenda da Reunião:

ITEM	Horário	Assunto	Responsável
1	8.15	Credenciamento	Secretaria Executiva
2	8.30	Abertura e aprovação da pauta	Presidente do CEDRAF. Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
3	8.40	Aprovação das ATAS da Reunião Extraordinária realizada em 16/07/2019 e da 87	Presidente do CEDRAF. Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
4	8.50	Apresentação do Programa POP – Produção orgânica do Paraná	Paulo Hidalgo – Instituto EMATER
5	09.00	Apresentação da PEATER – Política Estadual de ATER.	Hur Ben Correa da Silva – Coordenador Câmara de ATER
6	10.10	Informes da Câmara ATER – Credenciamento das entidades de ATER	Hur Ben Correa da Silva – Coordenador Câmara de ATER
7	10.40	Resultado do Edital de Chamamento 001/2019 para apoio Financeiro do Programa Estadual de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar	Jefferson Vinicius Meister - SEAB
8	11.10	Proposta para Criação da Câmara Técnica de Erva Mate	Camilo L Mendes Junior - Eng. Florestal - SEAB
9	11.40	Informes do Secretário da Agricultura e do abastecimento e Presidente do CEDRAF	Secretário da Agricultura Norberto Ortigara.
10	11.30	Assuntos Gerais	Presidente do CEDRAF. Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
11	12.00	Encerramento	Presidente do CEDRAF. Secretário da Agricultura Norberto Ortigara

7 Ao décimo terceiro dia do mês novembro de dois mil e dezanove, realizou-se a Octogésima
8 Oitava reunião do **CEDRAF**, nas dependências do Instituto Emater, no município de Curitiba
9 – Paraná. **Item 1. Credenciamento:** Estiveram presentes quinze conselheiros, sendo seis
10 Conselheiros Governamentais e oito Conselheiros da Sociedade Civil. **Conselheiros da**
11 **Sociedade Civil:** Jeffrey Kleine Albens – FAEP, Ivori Fernandes – UNICAFES, José Amauri
12 Denck – FETAEP, Bernardo Vergopolen – FETRAF, Domitila Souza Santos – CEAGRO,
13 Amadeu Antonio Bonato – DESER, Aurélio Munhoz – AMP, Gilson Nogueira Farias – AMP.
14 **Conselheiros do Poder Público:** Carlos Henrique Boscardin Nauiak – SETI – PR,
15 Alexandre Augusto Ramos de Faria MAPA/SFA-PR, Silvestre Dimas Staniszewski –
16 SEDEST, Thamisis Camila Piaskowski – CONAB, Nelson Harger – EMATER. Também
17 esteve presente o conselheiro suplente da EMATER Hernani Alves da Silva. **Convidados:**
18 Marcelo Passos – Câmara Técnica de Agroecologia, Nilton Agner Junior – COAOPA,
19 Iracema Bernardes ALEP, Ezio Faganello – ADEOP, Richard Golba – EMATER, Paulo
20 Hidalgo – EMATER, Carlos Roberto Bittencourt – SEAB, Hur Ben Corrêa da Silva – EMATER,
21 Angelita Pugliesi – SEAB/DESAN, Assis do Couto – Consultoria UNICAFES – Olivo Dambros
22 – UNICAFES, Marcio Miranda – CPRA, Roseli Simões - ALEP, Jefferson Vinicius Meister –
23 SEAB. **Faltas justificadas:** Câmara de Agroecologia e Rede Ecovida. **Item 2 - Abertura e**
24 **aprovação da Pauta:** **Rubens Ernesto Niederheitmann** se apresenta e justifica a ausência
25 do Presidente do CEDRAF, Norberto Anacleto Ortigara em vista de outro compromisso que
26 surgiu tempestivamente, designando-o para representá-lo na 88ª reunião do CEDRAF.
27 Coloca a pauta em aprovação, sendo que a Secretária Executiva Miriam Fuckner informa

28 que tem duas propostas a serem incluídas em Assuntos Gerais, uma do Aurélio da AMP
29 para melhoria da comunicação do CEDRAF, outra apresentada por Ivori Fernandes da
30 UNICAFES, em relação ao PL 5695/2019, que está tramitando na Câmara Federal, com
31 modificações que afetarão o PNAE. Nilton da CAOPA destaca que este assunto deve ser
32 prioridade uma vez que as mudanças propostas na lei irão afetar as cooperativas da
33 agricultura familiar. A pauta foi aprovada com as inserções propostas. **Item 3 - Aprovação**
34 **das Atas da reunião Extraordinária realizada 16/07/2019 e da 87º Reunião.** A Secretária
35 Executiva Miriam Fuckner informa que houve algumas alterações na ATA da reunião
36 extraordinária, considerando as sugestões enviadas pelo conselheiro Claudio Marques da
37 Câmara de Agroecologia, sendo que a maioria se referia a pontuação e erros de grafia.
38 Informa que não foi incorporada a sugestão de inserir no final da ata um comentário não
39 identificado na gravação, mas que não era diferente do encaminhamento feito pelo
40 Presidente Norberto, de levar ao grupo de trabalho sobre a fusão das entidades, o relato dos
41 debates havidos na reunião deste Conselho propondo que fosse instituída uma diretoria
42 específica de agroecologia no novo Instituto. As duas atas foram aprovadas pelo plenário.
43 **Item 4 - Apresentação do Programa de Produção Orgânica Paraná - POP por Paulo**
44 **Hidalgo da EMATER:** antes de passar a palavra **Rubens Niederheitmann** informa que o
45 Secretário Norberto instituiu um grupo de trabalho para fazer diagnóstico e apresentar uma
46 proposta de trabalho para fortalecer esta ação no Estado. Destaca que para todos os
47 programas da SEAB existe uma visão de participação e integração com o setor privado,
48 assim a apresentação que o Paulo Hidalgo fará é uma proposta do grupo de trabalho onde
49 foi definido em conjunto, os dados a serem levantados, assim como os eixos principais
50 trabalhados. Considera importante apresentar no CEDRAF pois, a exemplo de outros
51 programas, pretende-se formar um Comitê Gestor através do qual espera-se um
52 envolvimento maior do setor privado. O POP vem em função do decreto que prevê a
53 ampliação da oferta de alimentação escolar orgânica, sendo uma das ações para atender a
54 demanda que já está comprometida. **Paulo Hidalgo** coordenador do Grupo de Trabalho que
55 elaborou o Programa comenta que ele foi construído com a participação de várias
56 representações, contextualizando o projeto no cenário das demandas internacionais, através
57 dos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a partir das iniciativas já existentes
58 no Estado. Destaca que o mercado de orgânicos cresce a cada ano, o desafio é a oferta de
59 produção orgânica, por isso o objetivo principal é aumentar a produção neste sistema em
60 todas as cadeias produtivas no Paraná. O público prioritário são os agricultores familiares,
61 assentados, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, agricultores
62 familiares vinculados às cooperativas responsáveis pela alimentação escolar e que operam
63 com apoio de recursos públicos do Programa Coopera, Pro Rural e participam do projeto de
64 qualificação Mais Gestão. O Programa é composto por seis eixos, oriundos do Paraná
65 Agroecológico, que são: Assistência Técnica e Extensão Rural; Pesquisa e Inovação; Apoio
66 a Produção; Certificação; Logística e Comercialização, sendo agregando agora o eixo de
67 Comunicação, visando a divulgação das experiências e resultados alcançados. Para cada
68 eixo Paulo Hidalgo detalhou as ações e estratégias planejadas. **Marcelo Passos** da Câmara
69 Técnica de Agroecologia manifesta perceber uma articulação de todas as ações que já vem
70 sendo executadas. A Câmara ainda não analisou com profundidade o programa, mas
71 entende que este é um espaço importante onde se pode dialogar sobre o tema. Não apenas
72 o programa, mas todas as entidades que trabalham com a produção agroecológica, tem o
73 mercado institucional como eixo muito forte e isto é preocupante, e solicita ao governo um
74 apoio mais enfático para sair o decreto da alimentação escolar, pois sem o marco legal fica
75 difícil fazer planejamento tanto pelo lado do poder público, como o privado e os próprios
76 agricultores e assim está se perdendo tempo na data limite de dois mil e trinta. Marcelo,
77 coloca a Rede Ecovida à disposição para dialogar e contribuir com a implementação do
78 programa. Ao final Marcelo entrega um ofício da Câmara de Agroecologia ao Presidente do
79 CEDRAF solicitando esclarecimentos sobre os motivos de o decreto ainda não estar
80 assinado, bem como uma gestão política para viabilizar a assinatura o mais rápido possível.
81 Sobre o decreto **Rubens Niederheitmann** esclarece que está em análise na Secretaria de
82 Estado da Fazenda – SEFA, que é quem vai disponibilizar o volume de recursos necessários

83 para viabilizar as compras da alimentação escolar. Tem notícias positivas de que o decreto
84 vai sair e no planejamento da SEAB está se trabalhando com a perspectiva de que será
85 aprovado. Recebe o ofício da Câmara de Agroecologia o qual será entregue ao Secretário
86 Norberto, frisando que vai ajudar e fortalecer a gestão junto aos órgãos que analisam a
87 questão orçamentária. **Nelson Harger**, diretor técnico da Emater lembra ao Marcelo, que
88 em uma reunião da Câmara de Agroecologia, foi levantada a necessidade de se ter um
89 Projeto como este que foi apresentado, nascendo de uma demanda para se organizar,
90 buscar avanços e somar esforços. **Paulo Hidalgo** destaca a necessidade de formar o Grupo
91 Gestor, que se originará do grupo de trabalho instituído, mas que precisará ter paridade entre
92 público e privado. **Nilton Agner** da Coaopa enfatiza que o planejamento de metas permitirá
93 o monitoramento periódico dos avanços ou não do programa e a análise das experiências
94 positivas e negativas. Sobre a ampliação do teto, por DAP, para o PNAE cita o exemplo do
95 Distrito Federal, que encaminhou um projeto de lei na Câmara dos Deputados, o que
96 possibilitou a ampliação com a complementação de recurso estadual. **Rubens** reforça que
97 a diretriz da SEAB é trabalhar em parceria com o setor privado, mas o Estado precisa estar
98 junto atuando porque ele tem capilaridade que facilita a comunicação, a mobilização se
99 tornando um facilitador. Por outro lado, tem deficiência de recursos humanos em todas as
100 áreas, sendo necessária uma complementariedade. Neste primeiro momento foi elaborado
101 o programa buscando entender como o SEAGRI está organizado, no segundo momento vai
102 ser de diálogo com o setor privado para planejar como será o trabalho. **Aurélio Munhoz** da
103 AMP, se refere à citação do Paulo sobre a dificuldade de encontrar dados, lembra sobre o
104 Censo Demográfico do IBGE lançado recentemente e aponta algumas informações
105 estatísticas que podem ser acrescentadas ao POP. Chama a atenção sobre o descarte do
106 lixo, das embalagens dos produtos orgânicos e dos convencionais, lembrando que as
107 universidades já possuem tecnologias de descarte com produtos que são absorvidos pelo
108 meio ambiente. Reforça a importância de contemplar este assunto no projeto que tem o viés
109 da sustentabilidade, bem como indica como um tema para futura pauta do CEDRAF. **Marcio**
110 **Miranda** do CPRA esclarece que existem dados, mas que há contradição entre alguns,
111 citando como exemplo que o IBGE indica que existem mais de sete mil agricultores que se
112 auto declaram como orgânicos e o cadastro do MAPA tem pouco mais de três mil agricultores
113 certificados, além de ser um dado pontual que não permite fazer uma projeção de área e
114 produção que possibilite fazer um planejamento mais consistente. **Rubens** enfatiza que
115 todos os programas encontraram esta dificuldade: informações frágeis e contraditórias, por
116 isso a SEAB está debatendo com o DERAL a possibilidade de unificar o banco de dados do
117 sistema SEAGRI. **Paulo Hidalgo** questiona como será pago mais dez por cento para quem
118 está em conversão? Quem irá comprovar esta condição? Quais são os indicadores? Estas
119 são questões que precisam ser discutidas com as certificadoras. É necessário mapear e
120 identificar quem são estes agricultores. **Rubens** reforça estes questionamentos, pois há
121 necessidade de serem definidos critérios para que o Estado possa pagar o percentual
122 diferenciado que está estipulado para agricultor em conversão e para agroecológico,
123 conforme está no decreto que será assinado. **Item 5 - Apresentação da PEATER – Política**
124 **Estadual de ATER.** O Coordenador Câmara de ATER, **Hur Ben Correa da Silva** informou
125 que, conforme deliberado na última reunião do CEDRAF, o Secretário Norberto nomeou um
126 Grupo de Trabalho para elaboração da Política Estadual de ATER - PEATER, constituído
127 por ele, Hur Ben Correa da Silva, representando a Emater, Antonio Ricardo Lorenzon da
128 SEAB e Abner Geraldo Picinatto, da ADEOP representando as organizações da sociedade
129 civil. O grupo trabalhou na elaboração de uma minuta da PEATER, sempre discutindo com
130 o Rubens, já que a SEAB é a responsável por formular esta política. A proposta foi concluída,
131 apresentada e debatida na Câmara de ATER e no momento o documento se encontra com
132 a SEAB, passando por análise da assessoria jurídica, para que o Secretário possa oficializar
133 e publicar. O documento foi baseado nos produtos da conferência de ATER realizada no ano
134 de dois mil e dezesseis, no Plano Estadual de Desenvolvimento Rural elaborado em dois mil
135 e quinze e as diretrizes da SEAB, sendo que a PEATER está formulada para o período de
136 dois mil e vinte a dois mil e vinte e três. **Olivo Dambros** da UNICAFES informa que participou
137 na elaboração da Lei de ATER, sendo que ela trata da relação com os municípios, uma vez

138 que a grande maioria deles desconsidera as secretarias municipais de agricultura. Este
139 debate sobre a ATER ocorre pouco nas Prefeituras, embora na Lei de ATER está prevista a
140 obrigatoriedade de um Plano Municipal de ATER e a organização mínima de uma Secretaria
141 Municipal de Agricultura como uma forma de contrapartida do município para ter acesso a
142 recursos de programas, e gostaria de saber se está prevista esta participação. **Rubens**
143 confirma que está previsto, de forma que este processo seja fortalecido, com a integração
144 entre o público e o privado. **Hur Ben** esclarece que a expectativa é que no PROATER esteja
145 prevista uma metodologia que contemple esta diretriz. **Amadeu** do DESER relata que para
146 ele ficou evidente que a proposta avança de forma significativa na ideia de criar um sistema
147 de ATER, incluindo todos os entes públicos da federação, além das organizações da
148 sociedade civil, muito bem articuladas, envolvendo os conselhos municipais e colegiados
149 territoriais com seus respectivos planos. Fala da necessidade de haver dois instrumentos,
150 sendo um de articulação das entidades executoras de ATER através de uma rede, e outro
151 instrumento de pactuação entre estado, municípios, entre setor público e privado. **Carlos**
152 **Henrique**, da SETI, relata que atuou na UNICENTRO em Irati junto com os técnicos da
153 secretaria municipal, observando que o trabalho de ATER da Prefeitura é desconexo dos
154 demais programas, sem planejamento. Percebeu também que as Prefeituras têm pouco
155 entendimento sobre a ATER, e ressaltou a importância da integração da SETI,
156 especialmente em relação a agroecologia, pois tem vários programas em andamento,
157 informando que o Fundo Paraná e a Fundação Araucária têm recursos que poderão ser
158 utilizados. Destacou a importância de mapear os órgãos do Estado que trabalham e aportam
159 recursos em orgânico, citando os sete Institutos de Ensino Superior – IES, sendo que cada
160 um deles tem o setor de ciências agrárias com pesquisadores já envolvidos. A SETI já está
161 atuando nesta linha, mas é preciso sintonizar as ações para trabalharem na mesma direção,
162 evitando sobrepor a pesquisa e a capacitação. Sobre a erva mate informou que existem
163 muitas pesquisas já realizadas que poderão ser utilizadas, enfatizando a importância de a
164 SETI participar nos comitês gestores e grupos de trabalho de programas e ações do Estado.
165 O representante da AMP **Aurélio Munhoz** diz que os municípios precisam fazer a mea culpa
166 e se compromete em levar esta mensagem aos Prefeitos do Paraná. Adverte que os
167 Prefeitos são movidos pelas pressões políticas que recebem, e que se não houver uma ação
168 do governo do Estado no sentido de estimular fortemente a integração ao processo de ATER,
169 eles não farão isto. Hoje a preocupação é a sobrevivência, especialmente agora com o
170 projeto do governo federal que propõe fundir municípios com até cinco mil habitantes. No
171 caso do Paraná significa cento e dois municípios, sendo que trezentos e sete municípios no
172 Estado têm até vinte mil habitantes, portanto são pequenos. Não é por causa de dinheiro
173 que não têm as secretarias municipais de agricultura, mas a falta de visão estratégica, de
174 entendimento da importância deste setor, de integração das políticas macro estaduais e
175 federais. Solicita ao Presidente do Conselho e se coloca à disposição para construir um
176 planejamento para dois mil e vinte, de forma a incluir este tema na agenda de integração
177 entre Estado e Municípios, lembrando que haverá muitos eventos antes do calendário
178 eleitoral. **Ivori Fernandes** da UNICAFES relata que pela primeira vez vê o Estado
179 empenhado em trabalhar integrado com as organizações, junto com a base, para acontecer
180 o desenvolvimento. A política de ATER, o programa de produção orgânica, o COOPERA
181 Paraná, são demandas da base que estão sendo construídos de forma integrada, sendo que
182 a UNICAFES está presente em todas estas discussões. **Assis do Couto** convidado da
183 UNICAFES, destaca a necessidade de o Município promover a integração das ações de
184 ATER, assim como com outros setores como educação, saúde, meio ambiente, de forma a
185 olhar para fora da agricultura familiar e interagir com outros segmentos da sociedade.
186 Questiona a AMP sobre qual será a posição desta entidade em relação ao PL 5695/2019,
187 do PNAE, pois ele tem implicações diretas com os municípios, atribuindo-lhes uma missão,
188 que na sua avaliação, não estão preparados para assumir. **Nilton** da COAOPA se dispõe a
189 investir tempo para participar em reuniões de forma a interferir nos planos de governo dos
190 futuros candidatos, visando fortalecer o diálogo sobre a agricultura, e assim construir uma
191 parceria mais forte. **Rubens** reforça a importância da ATER, sendo que em todos os
192 programas da SEAB a assistência técnica e extensão rural é fundamental. **Hur Ben** informa

193 que a Câmara de ATER discutiu uma demanda do Comitê Paraná Cooperativo, para a
194 elaboração de um projeto de ATER para o cooperativismo. A Câmara de ATER tomou a
195 decisão de fazer um expediente ao CEDRAF com temas considerados importantes para
196 prosseguir com esta ideia; definiu eixos para o projeto e chamou a atenção para a
197 necessidade de desenvolver um aplicativo para o sistema de gestão do tema propondo que
198 a SEAB busque construir e fortalecer parceiras com universidades e entidades que atuam
199 no cooperativismo para desenvolver este aplicativo, ressaltando a urgência de ter um
200 diagnóstico das cooperativas. Outro ponto discutido na reunião da Câmara é a construção
201 de redes de ATER para o cooperativismo, numa ação conjunta do Estado com a iniciativa
202 privada e sobre este aspecto foi discutido como integrar o recurso público com o privado, de
203 forma ágil, não burocrática e sem ocasionar sobrecarga à SEAB ou Emater, em termos de
204 supervisão e fiscalização desses contratos, lembrando que já existem exemplos práticos
205 acontecendo. A sugestão da Câmara de ATER é que se dê prosseguimento a elaboração do
206 PROATER, imediatamente após a aprovação da PEATER, sugerindo que se inicie a
207 formulação de uma metodologia que dialogue com os municípios, com os planos regionais
208 e com o planejamento da Emater. Na próxima reunião do CEDRAF quando for aprovada a
209 PEATER será apreciada uma proposta de metodologia para operacionalizar essas diretrizes.

210 **Item 6 - Informes da Câmara ATER – Credenciamento das entidades de ATER.** A
211 Secretária Executiva do CEDRAF **Miriam Fuckner** trouxe para apreciação do plenário a
212 solicitação de credenciamento da entidade PLANATER, CNPJ 77.938.587/0001-09, sediada
213 no município de Jandaia do Sul, que foi analisada em reunião da Câmara Técnica de ATER
214 realizada no dia anterior. Miriam fez um histórico dos procedimentos já adotados pela
215 Câmara perante o SIATER, solicitando ajustes pela entidade, de forma a atender a legislação
216 vigente, o que não havia sido atendido. Ao analisar os dados da PLANATER a Câmara
217 verificou que a entidade informou no currículo estar atuando com o Programa Nacional de
218 Crédito Fundiário na elaboração de projetos, porém ela ainda não está credenciada para
219 isto; a declaração de agricultores é do período de março de 2017 a junho de 2019 havendo
220 coincidência de nomes de agricultores na declaração da PLANAJAN, outra entidade
221 credenciada, sendo apresentado aos conselheiros documentos que demonstram esta
222 informação. A equipe técnica apresentada pela PLANATER é a mesma da PLANAJAN, além
223 de não atender a condição mínima de ser multidisciplinar, pois não foi identificado o número
224 do conselho da Assistente Social Roselene de Souza Melo Oliveira, do qual foi solicitado
225 inclusão de cópia no sistema, assim como do seu diploma, o que não foi apresentado; o
226 diploma do Curso Normal Superior apresentado por Dulcinete Maria de Oliveira, não está
227 registrado no MEC conforme prevê a legislação. Além destas questões específicas da
228 PLANATER foi apresentado um quadro comparativo com a PLANAJAN demonstrando as
229 coincidências entre as duas entidades, especialmente o fato de as equipes técnicas e o
230 responsável técnico serem as mesmas pessoas. Miriam ainda mostrou aos conselheiros um
231 ofício do Donizeti de Oliveira, encaminhado ao SIATER solicitando o descredenciamento da
232 PLANAJAN e o credenciamento da PLANATER, demonstrando assim que de fato ele
233 representa as duas entidades. Relata ainda que o MAPA realizou uma fiscalização na região
234 visitando produtores beneficiados pelos projetos que têm o Engenheiro Agrônomo Donizeti
235 de Oliveira como responsável. Após análise dos fatos apurados a Superintendência do
236 MAPA notificou a Câmara Técnica de Ater do CEDRAF para dar ciência dos fatos e condutas
237 observadas, nestas visitas, apontando que existem fortes indícios de descumprimento dos
238 contratos de financiamento e de Ater, bem como problemas nas capacitações iniciais,
239 qualificação das demandas, escolha dos pretensos beneficiários e elaboração das propostas
240 de financiamento. O representante da Superintendência do MAPA na Câmara de ATER
241 apresentou fatos ilustrados com fotos, identificados durante as visitas de fiscalização, cujo
242 relatório já foi encaminhado à Câmara de Crédito Fundiário e ao Ministério da Agricultura,
243 Pecuária e Abastecimento – MAPA em Brasília, para os encaminhamentos necessários.
244 Diante do exposto a Câmara Técnica de ATER, recomenda o indeferimento do
245 credenciamento e a apuração dos fatos, que se comprovados, sejam tomadas as medidas
246 cabíveis. **Carlos Bittencourt** representante da SEAB na Câmara de ATER ressalta que na
247 correspondência encaminhada ao SIATER o Engenheiro Agrônomo Donizeti de Oliveira

248 admite a responsabilidade pelas duas empresas, apesar de nos estatutos os proprietários
249 não serem os mesmos, mas o que justifica o não credenciamento é a fiscalização do MAPA
250 que apontou inúmeras irregularidades que não foram indicadas nos laudos do técnico
251 Donizeti de Oliveira, responsável pelos projetos. Esclarece que a Câmara Técnica de Crédito
252 Fundiário ainda vai se reunir para deliberar sobre o assunto e o relatório da Superintendência
253 já foi encaminhado ao MAPA em Brasília. **Amadeu Bonato** do DESER, também integrante
254 da Câmara de ATER diz que o posicionamento da Câmara pelo indeferimento foi unânime,
255 mas entende que o CEDRAF não pode se furtar às irregularidades verificadas pela auditoria
256 feita pelo MAPA e pela Unidade Técnica Estadual do Crédito Fundiário, em relação à
257 PLNAJAN e recomendar a continuidade das averiguações. **Alexandre de Faria** do MAPA
258 relata que a fiscalização ocorreu há três meses e foram identificadas inúmeras
259 irregularidades ligadas principalmente ao técnico Donizeti Oliveira. Os achados da
260 fiscalização já foram encaminhados à Brasília, para o Departamento de Crédito Fundiário e
261 internamente o MAPA está dando andamento ao processo. A Câmara de Crédito Fundiário
262 irá se reunir e deliberar sobre o assunto, se paga ou não as notas de prestação de serviço
263 de ATER que foram encaminhadas pelo técnico Donizeti. Sobre o papel da Câmara de ATER
264 em relação aos credenciamentos, Alexandre informa que haverá um novo fluxo das
265 propostas, sendo que a intenção é acabar com os dois sistemas que existem atualmente no
266 Crédito Fundiário (S Rede fase 1 e fase 2) e ficar somente com o SIATER. **Ivori** da
267 UNICAFES se posicionou favorável ao indeferimento, justificando que não dá para manter
268 um programa importante, que ajuda a manter a juventude no campo, venha a ser prejudicado
269 por uma ação irresponsável como essa citada. **Aurélio** da AMP reforça que a empresa
270 necessita ser processada judicialmente e **Alexandre de Faria** responde que o processo será
271 analisado pelo o MAPA em Brasília, e as decisões ficam por conta do Departamento de
272 Crédito Fundiário. O Presidente da mesa, **Rubens Niederheitmann** enfatiza que a apuração
273 das irregularidades que foram identificadas está sendo tratada pelo MAPA, e que o CEDRAF
274 deve deliberar sobre a aceitação ou não do credenciamento da PLANATER, sendo que o
275 plenário aprovou por unanimidade pelo indeferimento do credenciamento. **Item 7 -**
276 **Resultado do Edital de Chamamento 001/2019 para apoio Financeiro do Programa**
277 **Estadual de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar.** Jefferson Vinicius Meister
278 coordenador do Coopera Paraná na SEAB, informa que o processo do edital de chamada
279 pública ainda está na fase de avaliação dos projetos, que a expectativa era que fossem
280 apresentados cem projetos, mas vieram duzentos e trinta e sete. O Comitê está analisando
281 cada um dos projetos, inicialmente a parte documental, sendo dado retorno para as
282 entidades quando o projeto não estava completo ou com informações inconsistentes. Após
283 o prazo de correção que foi dado às entidades, foram classificados cento e setenta e um
284 projetos, que estão sendo analisados por uma comissão, sendo que a expectativa é de na
285 próxima semana publicar a relação dos projetos por ordem de classificação. A SEAB espera
286 empenhar o recurso direcionado aos projetos classificados ainda este ano, destacando que
287 em torno de setenta entidades serão beneficiadas pela Chamada Pública, numa média de
288 trezentos e cinquenta mil reais por projeto. **Rubens** informa que existe a tendência de ser
289 lançado um novo edital no próximo ano, por isso é importante que as entidades estejam
290 preparadas para apresentarem bons projetos. **Item 8 - Proposta para Criação da Câmara**
291 **Técnica de Erva Mate.** **Tarciso Fialho**, da SEAB apresenta a proposta de reativação da
292 Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Erva-Mate. Explica que um grupo de deputados
293 solicitou à SEAB que fosse criada uma câmara técnica para ampliar esta discussão. Verificou
294 que já existe na estrutura da SEAB, a Câmara Técnica da Erva Mate, que tem entre suas
295 atribuições propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades da
296 cadeia produtiva. É comporta por instituições públicas privadas, sendo que agora poderá
297 haver uma renovação e ampliação, pois a última reunião foi realizada em dois mil e nove.
298 Os motivos para reativar a Câmara são primeiramente a necessidade de representatividade
299 do setor junto ao CEDRAF, uma vez que cerca de setenta e cinco por cento dos produtores
300 de Erva-Mate são oriundos da agricultura familiar; segundo o engajamento do Legislativo
301 através dos Deputados que assinaram documento requerendo que seja instituído decreto
302 governamental para a criação da Câmara Setorial de Erva-Mate Paranaense. Se o CEDRAF

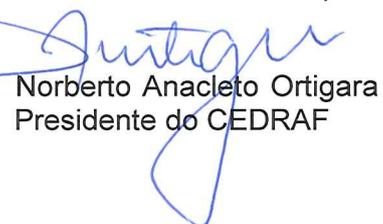
303 aprovar esta reivindicação, a SEAB responderá que a Câmara já existente será reativada e
304 reestruturada. Fialho apresenta informações sobre o cenário atual Erva Mate como sendo o
305 principal produto florestal não madeireiro característico da agricultura familiar; grande
306 geradora emprego no seu contexto gerando renda e tributos, além de ser uma atividade
307 sustentável e ecologicamente adequada, detalhando aspectos econômicos, sociais,
308 ambientais e culturais. Relatou as diversas atividades que estão sendo executadas, os
309 temas prioritários para a cadeia e os desafios a serem enfrentados. Com reativação da
310 Câmara espera criar um ambiente que: represente o setor da Erva-Mate paranaense em
311 âmbito Estadual, Nacional e Internacional; possibilite o aprofundamento do debate em todos
312 os aspectos do setor; promova a integração de todos os agentes relacionados (produção,
313 industrialização, pesquisa, assistência técnica e de fornecedores de insumos e serviços);
314 acompanhe o desenvolvimento do setor, propondo medidas corretivas e estimulantes,
315 possibilitando a formulação de propostas de políticas públicas; estimule a melhoria da
316 eficiência dos processos de produção, da industrialização e comercialização e da qualidade
317 do produto final oriundos da Erva-Mate. Os resultados esperados desse ambiente de
318 discussão se concentram em revolucionar e estimular o ambiente promovendo qualidade e
319 eficácia; superar os gargalos tecnológicos; superar a insegurança jurídica; fortalecer a
320 sinergia entre os diversos atores; mapear com exatidão toda a cadeia produtiva; identificar
321 interações e potenciais parcerias entre as diversas instituições públicas e privadas atuantes
322 e dispostas a fazer parte do processo de concepção, estruturação e consolidação da rede;
323 criação de um sistema de banco de dados para organizar e oferecer informações atualizadas
324 sobre as fontes de financiamento e apoio financeiro à inovação, em âmbito estadual e federal;
325 aumentar a competitividade dos produtos e serviços; estruturação e viabilização de uma
326 rede regional de apoio tecnológico às micro e pequenas empresas e propriedades rurais
327 agrupadas e localizadas no Paraná. **Bernardo** da FETRAF, acredita no potencial da Erva
328 Mate para a agricultura familiar e manifesta o interesse da FETRAF em fazer parte da
329 Câmara, e sugere que seja convidado o Observatório da Erva Mate, onde vinte e seis
330 organizações já fazem parte. **Carlos Henrique** da SETI reforça que a cadeia produtiva da
331 Erva Mate é muito importante para o Estado com grande potencial para a agricultura familiar,
332 que a Câmara Técnica é um bom fórum para discutir e integrar os atores e se coloca à
333 disposição para participar. **Amauri** da FETAEP se manifesta favorável à reativação da
334 Câmara afirmando que a FETAEP tem interesse em continuar participando. **Rubens** conclui
335 que é uma unanimidade a reativação da Câmara Técnica no CEDRAF e questiona se mais
336 alguém tem interesse em participar. **Ivori** da Unicafe manifesta interesse em fazer parte da
337 Câmara. **Item 9 - Informes do Secretário da Agricultura e do abastecimento e**
338 **Presidente do CEDRAF.** **Rubens** informa que as questões que foram solicitadas pelo
339 Secretário já foram faladas por ele durante a reunião. **Item 10 – Assuntos Gerais 1 - Aurélio**
340 **da AMP** destaca o alto nível de discussão técnica que acontece no CEDRAF, mas que se
341 está falhando em um item importante que é a comunicação tanto interna como externa.
342 Propõe integrar a comunicação da SEAB ou do Estado visando divulgar as ações do
343 CEDRAF, sugerindo envolver a equipe de comunicação da Emater, para criar uma equipe
344 que englobe a ativação de um portal com visibilidade nas redes sociais, criando uma página
345 no Face Book e no Twitter. Não adianta discutir aqui temas que não chegam até as pessoas,
346 a sociedade precisa saber o que acontece no Conselho, até por uma questão de
347 transparência. **Rubens** relata que já existe no site da Emater um espaço para o CEDRAF,
348 mas concorda que há necessidade de maior divulgação, não apenas do CEDRAF, mas de
349 todas as ações da agricultura, pois muito das dificuldades de reconhecimento e de recursos
350 estão em função desta falta de comunicação interna e externa. Em sua opinião os jornalistas
351 da SEAB e talvez da Emater possam participar das reuniões, porém teria de discutir como
352 fazer uma página, quem vai manter as atualizações tendo em vista que haverá demandas.
353 Aurélio diz que é jornalista e que poderá contribuir na construção da notícia. Bernardo da
354 FETRAF aprova a ideia, mas precisa discutir como vai implementar para que de fato
355 funcione. **Rubens** informa que vai conversar com o jornalista da SEAB para fazer contato
356 com o Aurélio e trazer uma proposta na próxima reunião. Informa que sempre que tiver
357 matéria para divulgar é possível fazer isso pelo site da Emater e da SEAB. **Assuntos Gerais**

358 **2 - Ivori da UNICAFES** ressalta que o PL 5695 vem afetar diretamente a agricultura familiar
359 e prejudicar a lei do PNAE da forma como vem funcionando no Estado do Paraná, com toda
360 a discussão e a construção do Decreto da Alimentação Escolar cem por cento orgânica e a
361 proposta de potencializar as cooperativas para o desenvolvimento da agricultura familiar.
362 Informa que a UNICAFES já publicou uma nota de repúdio sobre o tema e propõe ao
363 CEDRAF discutir o assunto e fazer um encaminhamento. Convida **Assis do Couto** para
364 trazer mais informações a respeito do assunto, o qual relata que quando uma lei é feita ela
365 perde o status do autor porque passa a ser a política de estado e o PNAE está amparado
366 em lei. A alteração de uma lei desta natureza tem que ter uma motivação e o que precisa ser
367 feito, antes de se entrar no mérito do conteúdo do PL 5695, é entender de onde partiu a
368 motivação. Não se viu nenhuma informação de que tenha vindo de algum conselho municipal,
369 estadual ou federal para ter o mínimo de legitimidade e, quem já passou por uma operação
370 chamada de Agro Fantasma, faz uma ligação destes fatos, porque lá se tentou desqualificar
371 o programa PAA e o PNAE, provocando um estrago enorme e não se quer que isso ocorra
372 novamente. Alerta que se não houver elementos suficientes neste momento para analisar o
373 conteúdo do PL, que se busque entender o que se propõe especialmente nos artigos terceiro
374 e quatorze que deixam muito claro as mudanças que se pretende fazer, atribuindo aos
375 estados e municípios a definição se haverá ou não porcentual, se o município compra ou
376 não da agricultura familiar. Reforça a preocupação da UNICAFES, pois esse fato vai
377 impactar na qualidade da merenda escolar, na renda dos agricultores familiar e na educação
378 porque conversando com o pessoal que cuida da alimentação das creches, das escolas e
379 nas entidades assistenciais percebe-se quanto essa questão alimentar tem importância, o
380 que é diferente para as indústrias que querem manter essa fatia de mercado. Assis expressa
381 que seria importante pautar na agenda do CEDRAF um debate sobre o Censo Agropecuário
382 porque se for considerar que o Paraná perdeu sessenta mil propriedades, vamos acabar em
383 desespero acreditando que não vale todo o trabalho feito para promover a agricultura familiar.
384 Relata que houve uma mudança na Lei da Agricultura Familiar que não foi considerada pelo
385 IBGE, e grande parte das populações pobres, os ditos excluídos, com renda mínima na
386 agricultura não foi considerada e isto pode representar setenta por cento das sessenta mil
387 famílias no Paraná. Outros aspectos não foram considerados pelo IBGE, como o valor do
388 VBP ter caído de trinta e seis para vinte e oito por cento, pois é natural que a renda do
389 agricultor tenha crescido nos últimos anos pelo PRONAF, pela máquinas adquiridas através
390 do Programa Trator Solidário, pelo crescimento do leite e da produção em geral, e o que
391 está por trás disso é a desvalorização da agricultura familiar. **Nilton** da COAOPA diz que o
392 PL deve ser discutido na sociedade e não da forma como está sendo feito, pois o PNAE é
393 uma política pública que traz muitos benefícios não apenas para a agricultura familiar, mas
394 também para quem recebe o alimento de qualidade. Propõe oficial aos deputados federais
395 e senadores do Paraná que se posicionem contra até que sejam aprofundados os debates
396 sobre o assunto. **Thamisis** da CONAB reforça que é muito preocupante este PL do PNAE,
397 porque está se observando um movimento prejudicial à agricultura familiar. É necessário
398 encontrar uma outra solução, um outro caminho para continuar a manter a agricultura familiar
399 participando destes programas de compras institucionais. Cita que a CONAB não tem
400 recursos para operar o PAA, sendo que os recursos serão repassados diretamente aos
401 estados e municípios. **Carlos Henrique** da SETI diz que para quem trabalhou com
402 cooperativas e com os agricultores sabe que esta é uma das principais possibilidades de
403 acesso ao mercado. Caso a proposta do PL seja aprovada, programas como o Coopera
404 Paraná e o POP que estão em curso aqui no Estado já saem enfraquecidos, porque as
405 organizações dos agricultores precisam deste acesso aos mercados institucionais. **Aurélio**
406 da AMP indica que há um consenso que o PL é ruim e sugere que seja elaborado um
407 documento protestando contra e solicitando para adiar a votação. **Assis** manifesta que o
408 encaminhamento do Aurélio é importante, porém se não quiser dar muita ênfase ao mérito
409 do projeto, deve se dar ao processo. É o processo que preocupa pois isso requer audiências
410 públicas, ouvir a sociedade, ouvir os conselhos, para depois propor alguma mudança. Pode
411 manifestar preocupação com o mérito e questionar o procedimento e assim solicitar que o
412 PL seja retirado de pauta dando condições para que a sociedade participe da discussão.

413 **Alexandre** do MAPA sugeriu que paralelamente a isso, o CERAF encaminhasse um
414 documento para a Secretaria da Agricultura Familiar do MAPA externando a preocupação
415 com este tema, e solicitando acompanhamento da tramitação deste projeto no Senado.
416 **Domitila** do CEAGRO manifesta que o Conselho, nesta reunião, está julgando o mérito do
417 projeto, pois vai afetar a agricultura familiar do país inteiro. É necessário que se tenha um
418 mecanismo para intervir em tempo e manifestar o que todos aqui estão falando, que é contra,
419 que será um retrocesso na política. É favorável ao encaminhamento proposto pelo Aurélio,
420 porem como o tempo é curto, sugere fazer algo com as pessoas que estão aqui. **Rubens**
421 conclui que existe uma decisão do plenário de encaminhar um posicionamento e propõe que
422 seja elaborado um documento do CEDRAF, contrário ao PL enfatizando tanto a questão do
423 conteúdo quanto a questão do processo. Convida quem puder ficar depois do almoço para
424 trabalhar este documento para ser encaminhado aos deputados, senadores e ao MAPA.
425 Sugere ainda que as organizações como a FETAEP, FETRAF, também se manifestem,
426 podendo usar os mesmos argumentos. Se manifestaram para contribuir na elaboração do
427 documento o CEAGRO, a FETRAF, a SETI, a UNICAFES e a COAOPA. Miriam lembra que
428 a próxima reunião do CEDRAF está agendada para o dia dez de dezembro e questiona se
429 mantém, mesmo sendo em menos de trinta dias, e os conselheiros propõem antecipar para
430 o dia quatro de dezembro, tendo em vista outros compromissos nas suas entidades. **Item**
431 **11 – Encerramento:** Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada agradecendo a
432 presença dos conselheiros e demais participantes. Eu Miriam Fuckner, Secretaria Executiva,
433 redigi a presente ata que deverá passar por análise, correção e aprovação dos conselheiros
434 e após será assinada por mim, pelo Presidente da Mesa Rubens Niederheitmann e pelo
435 Presidente do CEDRAF.

436
437 Miriam Fuckner
438 Secretária Executiva


Rubens Niederheitmann
Presidente da Mesa


Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do CEDRAF

